

PEExt no HABEAS CORPUS Nº 474.369 - SP (2018/0272522-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
REQUERENTE : **EVERSON GALVÃO DA SILVA**
ADVOGADO : **FELIPE VICCARI CAMARA - SP295851**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **ANDERSON MARTINEZ DE LIMA (PRESO)**
ADVOGADO : **GABRIEL DONDON SALUM DA SILVA SANT ANNA - SP276180**

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão em favor de EVERSON GALVÃO DA SILVA.

Pleiteia o peticionante a extensão dos efeitos da ordem concedida às e-STJ fls. 236/244, em razão de se encontrar em idêntica situação fático-processual (e-STJ fl. 217).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela extensão dos efeitos em parecer assim ementado (e-STJ fl. 255):

Habeas corpus impetrado como sucedâneo recursal. Ordem concedida de ofício pela Sexta Turma do STJ. Pedidos dos corréus de extensão dos efeitos da aludida decisão. Entendimento pela ilegalidade da manutenção da prisão preventiva do Paciente que se aplica integralmente aos corréus, cujas custódias cautelares foram impostas pelo mesmo decreto prisional e mantidas pela mesma decisão de pronúncia cuja fundamentação foi reputada precária e inservível para justificar o encarceramento provisório do Paciente. Parecer pela extensão aos corréus dos efeitos do acórdão da Sexta Turma do STJ que concedeu a ordem em favor do Paciente.

É o relatório.

É o caso de deferir o pleito de extensão dos efeitos.

Isso porque o acórdão de e-STJ fls. 236/244, de minha relatoria, considerou inidônea a fundamentação para a manutenção da prisão preventiva do paciente por ocasião da decisão de pronúncia por se remeter aos motivos ensejadores da custódia

cautelar que, por sua vez, limita-se a declarar "[a]doto a manifestação do Ministério Público como fundamento para **DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA dos acusados**", sem fazer nenhuma consideração que particularize o caso concreto.

Ademais, o decreto prisional e a decisão de pronúncia não particularizam condições pessoais distintas entre o ora peticionante e o paciente do *writ*, o que impõe a extensão dos efeitos por obediência ao preceito legal insculpido no art. 580 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. PRISÃO PREVENTIVA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. PRESENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. IDENTIDADE FÁTICO-PROCESSUAL DOS ACUSADOS. POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, COM EXTENSÃO AOS CORRÉUS.

1. In casu, o decreto de prisão preventiva, ao tratar das circunstâncias do caso, o fez apenas para demonstrar os indícios delitivos. Contudo, deixou o magistrado de associar a necessidade da constrição cautelar às circunstâncias fáticas do caso, resumindo-se à atestar a necessidade da segregação pela constatação da prática delitiva, o que demonstra a ausência de fundamentos. No mais, o decreto valeu-se de fundamentação abstrata para justificar a prisão, além de presunções.

2. Havendo identidade fático-processual entre os acusados na ação penal, uma vez que a fundamentação tida por inidônea é comum, não tendo sido indicado qualquer elemento subjetivo que obste a aplicação do art. 580 do CPP, deve ser estendida a soltura aos corréus por aplicação do princípio da isonomia.

3. Habeas corpus concedido, para soltura do paciente ANDERSON PAULO DA SILVA, e, de ofício, aplicar o artigo 580 do CPP para estender a ordem aos corréus da ação penal LUCAS HENRIQUE DE GODOY, JOSENIR MACHADO DOS SANTOS, CELIO VERÍSSIMO DA SILVA e JOSÉ ANSELMO DA SILVA o que não impede nova e fundamentada decisão cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

(HC 404.673/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

No mesmo sentido opinou o Ministério Público Federal, de cujo parecer

transcrevo excerto, *in verbis* (e-STJ fl. 257):

Conforme declinado no acórdão paradigma, a decisão de pronúncia atacada na impetração manteve a custódia preventiva do Paciente e dos corréus sob o exclusivo fundamento de que ainda estariam presentes os requisitos da prisão preventiva, “reforçados agora pela decisão de pronúncia”, esquivando-se de declinar elementos concretos que justificassem a imprescindibilidade da manutenção da constrição provisória do Paciente e dos corréus naquele estágio da tramitação da ação penal, uma vez que o decreto prisional original fora lavrado em outubro de 2017.

Além disso, também a decisão que decretara originalmente a prisão preventiva do Paciente e dos corréus, à qual fez remissão a decisão de pronúncia, padecia do mesmo vício de ausência de fundamentação idônea, uma vez que, conforme se constata às fls. 50, justificou a necessidade de decretação da prisão preventiva mediante remissão ao parecer do Ministério Público, sem nem mesmo transcrever os fundamentos que estaria a encampar para essa finalidade.

Portanto, o entendimento pela ilegalidade da manutenção da prisão preventiva do Paciente se aplica integralmente aos corréus, cujas custódias cautelares foram impostas pelo mesmo decreto prisional e mantidas pela mesma decisão de pronúncia cuja fundamentação foi reputada precária e inservível para justificar o encarceramento provisório do Paciente, o que impõe a extensão aos corréus dos efeitos do acórdão da Sexta Turma dessa Colenda Corte que concedeu a ordem em favor do Paciente. (Grifei.)

Ante todo o exposto, acolho o parecer ministerial para **deferir o pedido de extensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator